



Relatório INSP-2019-0091 BI-2019-0032

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 15/05/2019 **Hora:** 9:15 **Tipo:** Denúncia (DEN-2017-0032)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactado o Sr. João Diniz Resendes Santos (irmão do proprietário).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Manuel de Resendes Santos

NIPC/NIF: 184496756

Sede/morada: Maia, S/N

Código Postal: 9580-228

Freguesia: Santo Espírito

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Habitação na Maia

Endereço: Maia, S/N

Código Postal: 9580-228

Freguesia: Santo Espírito

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

Atividade principal: ---

Outras atividades: ---

Período de funcionamento: ---

Licenciamento da atividade: ---



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

- A construção do muro terá sido iniciada entre 2005 e 2010, de acordo com informação dos Serviços de Ambiente de Santa Maria referida em informação interna da DRA datada de 01/02/2018;
- 15/03/2017 – Foi apresentada denúncia, nas instalações da IRA em São Miguel, relativa à demolição de um muro em basalto, integrado num terreno com vinha em currais, e construção de um muro em betão mais recuado de modo a alargar a zona de estacionamento nas traseiras da habitação (em local inserido em área de Paisagem Protegida e em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira);
- 17/12/2018 – A Câmara Municipal de Vila do Porto (CMVP) remeteu ofício à Inspeção Regional do Ambiente, a dar conhecimento da decisão daquela entidade relativamente à proposta apresentada pelo proprietário para minimizar o impacto da obra ilegal (por não ter licenciamento) que havia sido executada;
 - O proprietário indicou que o muro de betão foi construído para consolidar a base do talude existente, uma vez que o muro de pedra antigo estava degradado. A solução apresentada foi de revestimento do muro de betão com pedra arrumada, deixando de ficar o betão à vista;
 - A CMVP aprovou a solução apresentada.



2.2 – Descrição da situação observada

Na data da inspeção verificou-se que o muro de betão ainda não se encontrava revestido de pedra, conforme aprovado pela CMVP. Falámos com o Sr. João Diniz Resendes Santos, irmão do proprietário, uma vez que o proprietário vive nos Estados Unidos e apenas se iria deslocar à ilha no mês de agosto. Foi-nos indicado que o caminho de acesso às propriedades é comum aos dois vizinhos, mas que a área encerrada com o portão é propriedade do seu irmão.



Foto 1 – Caminho de servidão que dá acesso ao terreno em causa.



Foto 2 – Portão que encerra a propriedade do Sr. Manuel de Resendes Santos.

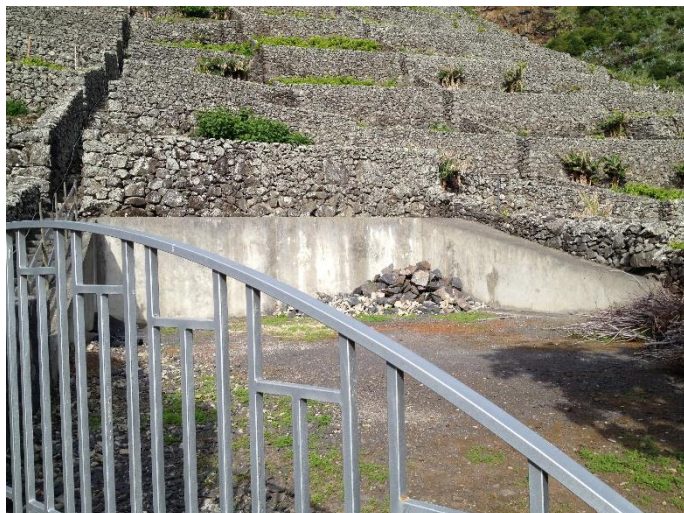


Foto 3 – Muro de betão nada data da inspeção.



Foto 4 – Aspeto da propriedade junto ao muro de betão.



2.3 – Outras informações obtidas

Fomos informados, pelo Sr. João Santos, que o proprietário se deslocaria à ilha de Santa Maria durante o mês de agosto e que iria proceder ao revestimento do muro com pedra durante essa estadia.

À data do relatório o revestimento do muro ainda não tinha sido efetuado, de acordo com informação de Vigilante da Natureza dos Serviços de Ambiente de Santa Maria.

2.4 – Enquadramento legal

- Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2008/A, de 25 de junho, que aprova o do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria (POOC);
 - De acordo com o disposto do artigo 29º do regulamento do POOC para as Área de Projeto da Maia: “A área de intervenção do POOC integra a Área de Projeto da Maia, cujos objetivos específicos são os seguintes:
 - a) Preservar a paisagem e o património natural e construído;
 - b) Requalificar áreas degradadas, qualificar os espaços públicos e melhorar as infraestruturas urbanas;
 - c) Acautelar situações de risco identificadas como a erosão das arribas, e potenciais deslizamentos de massas;
 - d) Intervir de forma integrada segundo uma visão de conjunto dos espaços urbanos e rurais fomentando interações entre os mesmos.”
 - Segundo a alínea a) do número 13º do regulamento do POOC para a Zona A: “2 – Na zona A – terrestre são condicionados e sujeitas a autorização mediante parecer prévio vinculativo da entidade legalmente competente, as atividades seguintes:
 - a) A construção, reconstrução ou ampliação de qualquer edificação ou infraestrutura, ou de novas instalações em Domínio Público Hídrico, salvo as situações decorrentes do regime de usos na –zona A – terrestre;”
- O Parque Natural (PN) da Ilha de Santa Maria foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/A, de 19 de setembro:
 - Neste local, e de acordo com o PN, é interdita a demolição e a alteração dos muros de pedra existentes, devendo respeitar as características tradicionais, estéticas e a singularidade geológica do local, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 20º.



3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Realização de obras sem autorização da entidade legalmente competente, conforme previsto no Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2008/A, de 25 de junho, que aprova o do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria (POOC). A realização de obras em violação de disposições de plano especial de ordenamento do território constitui contraordenação prevista no n.º 1 do artigo 137.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, punível nos termos do n.º 2 do artigo 137.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, com coima de 2 500 € a 100 000 €;
2. A alteração da paisagem pela demolição ou alteração das características dos muros de pedra existentes e pela introdução de edificações ou de outras estruturas arquitetónicas com características dissonantes em relação às tradicionalmente existentes na área protegida, em violação da alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/A, de 19 de setembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 4 do artigo 149.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

4 – Indicações e medidas adotadas

- ☐ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para averiguar a aceitação ou não da solução.

Angra do Heroísmo, 13 de setembro de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)